Revista Saúde em Redes (ISSN 2446-4813) v.12 n.3 (2026)
DOI: 10.18310/2446-4813.2026v12n3.4779

Artigo Original

Uma associação de saúde mental ao Sul do Brasil: oxigênio na luta antimanicomial nas universidades

A mental health association in Southern Brazil: oxygen in the anti-asylum struggle in universities

Una asociación de salud mental en el sur de Brasil: oxígeno en la lucha antimanicomial en las universidades

Isadora Oliveira Neutzling
Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de Pelotas. Pelotas. Rio Grande do Sul. Mestranda em Ciências pela Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS, Brasil;
E-mail: isadoraneutzling@gmail.com; ORCID: 0000-0003-3894-1108

Larissa Dall' Agnol da Silva
Mestra em Ciências pela Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. Doutoranda em Ciências no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem na UFPEL. Professora Adjunta no curso de Terapia Ocupacional da UFPEL. Pelotas, RS, Brasil;
E-mail: larissadallagnolto@gmail.com; ORCID: 0000-0002-5627-7442

Valeria Cristina Christello Coimbra
Doutora em Enfermagem Psiquiátrica pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo Enfermagem pela USP-Ribeirão Preto. Universidade Federal de Pelotas. Professora Associada. Pelotas, RS, Brasil;
E-mail: valeriacoimbra@hotmail.com; ORCID: 0000-0001-5327-0141

Luciane Prado Kantorski
Doutora pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Enfermagem pela USP-Ribeirão Preto. Universidade Federal de Pelotas. Professora Titular. Pelotas, RS, Brasil;
E-mail: kantorskiluciane@gmail.com; ORCID: 0000-0001-9726-3162

Liamara Denise Ubessi
Doutora em Ciências pela Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. Professora no curso de Medicina da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, Uruguaiana, RS, Brasil;
E-mail: liamaradenise@unipampa.edu.br; ORCID: 0000-0002-5884-9969

Contribuição dos autores: ION contribuiu para a coleta de dados, análise de dados e escrita do projeto. LDAS contribuiu com a escrita do manuscrito e revisão crítica do conteúdo intelectual. VCCC contribuiu com a revisão crítica do conteúdo intelectual e do manuscrito. LPK contribuiu com a orientação e revisão crítica do conteúdo intelectual. LDU contribuiu para a coleta e análise dos dados e da escrita do texto. Todas se responsabilizam pelo conteúdo do artigo.

Conflito de interesses: Os autores declaram não possuir conflito de interesses.

Fontes de financiamento: Próprio.

Recebido em: 06/03/2025

Aprovado em: 07/10/2026

Editor responsável: Carlos Alberto Severo Garcia Jr.

Resumo: O estudo tem como objetivo demonstrar as ações da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Pelotas (AUSSMPE) como protagonista da Luta Antimanicomial nas universidades do sul do Rio Grande do Sul. A pesquisa busca destacar a relevância da associação na formação de profissionais da saúde, a partir da participação ativa em espaços acadêmicos e de ensino, bem como sua influência no controle social e na construção de políticas públicas intersetoriais para a saúde mental. O estudo é qualitativo e utiliza a abordagem da Etnografia Rápida, com base na dissertação de mestrado da autora principal. A coleta de dados ocorreu entre março e julho de 2024 e incluiu seis observações participantes, totalizando nove horas de imersão. Os dados foram obtidos por meio de registros históricos, notícias, revistas, livros e observação das reuniões da AUSSMPE. O estudo respeitou os princípios éticos estabelecidos pela Resolução 466/2012 e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em fevereiro de 2024. A participação ativa da associação nas universidades, como na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), tem proporcionado a interação entre acadêmicos e usuários, promovendo a valorização da expertise por experiência. Essa interação incentiva não apenas o aprendizado dos estudantes, mas também o empoderamento dos usuários. Além disso, a AUSSMPE tem atuado como agente transformador na construção de políticas públicas e na promoção da justiça social, reforçando a necessidade de reconhecimento das associações civis como espaços de emancipação e fortalecimento democrático.

Palavras-chave: Saúde Mental; Associações de Ajuda a Doentes Mentais; Recuperação da Saúde Mental.

Abstract: The study aims to demonstrate the actions of the Association of Users of Mental Health Services of Pelotas (AUSSMPE) as a key player in the Anti-Asylum Movement in universities in the southern region of Rio Grande do Sul. The research seeks to highlight the association's relevance in the training of healthcare professionals through active participation in academic and educational spaces, as well as its influence on social control and the development of intersectoral public policies for mental health. This qualitative study employs the Rapid Ethnography approach, based on the principal author's master's dissertation. Data collection took place between March and July 2024 and included six participant observations, totaling nine

hours of immersion. Data were obtained through historical records, news articles, magazines, books, and observations of AUSSMPE meetings. The study adhered to the ethical principles established by Resolution 466/2012 and was approved by the Research Ethics Committee in February 2024. To the association's active participation in universities, such as the Federal University of Pelotas (UFPEL) and the Federal University of Rio Grande (FURG), has facilitated interaction between academics and users, promoting the recognition of expertise through lived experience. This interaction not only enhances students' learning but also empowers users. Moreover, AUSSMPE has played a transformative role in shaping public policies and promoting social justice, reinforcing the need to recognize civil associations as spaces for emancipation and democratic strengthening.

Keywords: Mental Health; Mental Health Associations; Mental Health Recovery.

Resumen: El estudio tiene como objetivo demostrar las acciones de la Asociación de Usuarios de los Servicios de Salud Mental de Pelotas (AUSSMPE) como protagonista de la Lucha Antimanicomial en las universidades del sur de Río Grande del Sur. La investigación busca destacar la relevancia de la asociación en la formación de profesionales de la salud, a partir de su participación activa en espacios académicos y educativos, así como su influencia en el control social y en la construcción de políticas públicas intersectoriales para la salud mental. El estudio es cualitativo y utiliza el enfoque de la Etnografía Rápida, basado en la disertación de maestría de la autora principal. La recolección de datos se llevó a cabo entre marzo y julio de 2024 e incluyó seis observaciones participantes, totalizando nueve horas de inmersión. Los datos se obtuvieron mediante registros históricos, noticias, revistas, libros y observación de las reuniones de la AUSSMPE. El estudio respetó los principios éticos establecidos por la Resolución 466/2012 y fue aprobado por el Comité de Ética en Investigación en febrero de 2024. La participación activa de la asociación en universidades, como la Universidad Federal de Pelotas (UFPEL) y la Universidad Federal de Río Grande (FURG), ha facilitado la interacción entre académicos y usuarios, promoviendo la valorización de la experiencia como fuente de conocimiento. Esta interacción no solo fomenta el aprendizaje de los estudiantes, sino también el empoderamiento de los usuarios. Además, la AUSSMPE ha

actuado como un agente transformador en la construcción de políticas públicas y en la promoción de la justicia social, reforzando la necesidad de reconocer a las asociaciones civiles como espacios de emancipación y fortalecimiento democrático.

Palabras clave: Salud Mental; Asociaciones de Salud Mental; Recuperación de la Salud Mental.

INTRODUÇÃO

A Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Pelotas (AUSSMPE) é uma associação que existe em Pelotas, Rio Grande do Sul, desde 2002, fundada junto ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Castelo, localizado no bairro Simões Lopes. Na época, devido a AUSSMPE ficar restrita somente ao CAPS, tornou-se necessário ultrapassar os muros do serviço e fazer uma associação que fosse da comunidade em geral, isto é, de usuários e usuárias dos Serviços de Saúde Mental, familiares, amigos e pessoas da comunidade em geral que defendem e fazem cumprir a Lei da Reforma Psiquiátrica e os princípios da Luta Antimanicomial.

Desta forma, vamos apresentar aqui a rede articulada pela associação e sua capilarização de representatividade na sociedade e em temas alicerçados às pautas relacionadas à Saúde Mental e suas transversalidades diante de conjunturas políticas, educacionais e culturais na relação com a cidade e pela busca de autonomia dos usuários e usuárias articuladas com os princípios fundamentais na luta por justiça social e reparação de danos históricos no âmbito da Saúde Mental.

A Associação integra com representatividade na RádioCom, uma rádio comunitária, sendo popularmente conhecida na região sul, essa emissora conta com uma programação semanal com o tema da saúde mental da cidade aos Sábados em horário nobre às 14 horas, o Programa Gente Como a Gente, fundado em 9 de agosto de 2003, realizado pelos usuários e usuárias da Saúde Mental da cidade. A RádioCom foi fundada em 12 de junho de 2001, quando tivemos uma expansão para as rádios comunitárias do Brasil, considerando os veículos de comunicação alternativos promovendo a democratização a partir das vozes comunitárias. Atualmente é gerida pelos colaboradores de movimentos sociais, entidades de classe sindical entre

outros. Seus programas apresentam conteúdos relacionados às notícias de educativas, culturais, de saúde e com a relação de pautas diretamente ligadas a valorização de temas locais e pautas atuais como direitos humanos, liberdade de expressão, democracia além de políticas sociais e participação popular e cidadã de voz ativa e resistência.

O Grupo de Pesquisa de Enfermagem em Saúde Mental e Coletiva do Programa de Pós Graduação em Enfermagem da UFPel (GPESMSC), que completou 25 anos em 2024 e busca a integração entre pesquisa, ensino e extensão junto à comunidade, o Fórum Gaúcho de Saúde Mental (FGSM), o movimento social de saúde mental do estado do Rio Grande do Sul desde 1991, com participação ativa no Conselho Estadual de Saúde desde sua fundação em 1994, como instância deliberativa das políticas públicas do estado, a Rede Nacional Inter núcleos da Luta Antimanicomial (RENILA) que é um movimento social de usuários e usuárias da saúde mental do Brasil, ou seja, uma organização que articula, mobiliza e realiza formações voltadas para seus núcleos regionais, que existe desde 2003 e a Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME) que é uma associação sem fins lucrativos que promove debates, ações e ativismo na Luta pela saúde mental nacional e com base nos direitos humanos, promovendo eventos, seminários, congressos, fóruns de discussão entre outros.

A luta da AUSSMPE é um continuum de ações e atividades que perpassam em movimentação e articulação todos os dias do ano, atualmente a sede está situada no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Cooperativas da Alimentação de Pelotas, localizado na rua Almirante Barroso, 3124 em espaço autônomo para exercer as atividades coletivas e diretivas da associação. As ações são conhecidas por sua ampla nas instâncias deliberativas como participação no Controle e Participação Social na cidade de Pelotas e região sul do estado, além disso busca conhecer a realidade dos usuários e usuárias e torna-se referência por discutir temas emergentes na sociedade, tais como racismo, homofobia, machismo e qualquer forma de violação da liberdade de expressão em todo tipo de violência.

De acordo com Rolim[1], a Reforma Psiquiátrica e as necessidades do movimento da luta antimanicomial demonstram necessidade de reconhecimento e inclusão da diversidade. Os movimentos radicalmente

comprometidos com os direitos humanos e o exercício da democracia, continuam promovendo a luta pela dignidade no Brasil potencializando suas pautas e conceitos.

Os princípios da Lei da Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial[1] são a base para educação popular das pautas da Saúde Mental. Grande parte de seus associados já passaram por internações em hospitais psiquiátricos ou comunidades terapêuticas, lugares esses conhecidos por manicômios. Na atualidade eles trilharam trajetórias no Sistema Único de Saúde, nos serviços substitutos, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Salienta-se que a AUSSMPE é autogestionária, composta por usuários e usuárias da saúde mental e uma diretoria, democraticamente eleita pela sua comunidade associada.

As associações, por mais que defendam direitos individuais de seus associados, seu caráter privado depende dos seus objetivos, pois os interesses e direitos individuais se tornam públicos, uma vez que a associação não representa somente seus associados, mas a sociedade como um todo, além disso possui o papel de defender e fiscalizar, através de ações de Controle Social, bens públicos e ações do poder público que impliquem nos objetivos e lutas da associação. As associações civis possuem um papel de emancipação e reconstrução da vida pública e democrática de seus sujeitos[2].

Na Saúde Mental, utiliza-se o termo *expert* ou *expertise* por experiência para designar os usuários e usuárias (oposto a expert por ciência). O termo é utilizado para designar pessoas que vivenciaram situações de sofrimento psíquico e buscaram em si uma forma de viver e enfrentar a vida com maior organicidade possível além de lutar pelos direitos humanos, o que tornou o sujeito um expert por suas experiências particulares e de construção subjetiva, sem a necessidade de ter estudado sobre isso[3].

Pensar a expertise por experiência nas instituições públicas de ensino, ou seja, no ambiente acadêmico, vai ao encontro da educação popular e autogerida pelos atravessamentos da vida e composição dos movimentos sociais na construção da ciência e de pesquisas que se comprometem com a comunidade e suas pautas de luta e justiça social, por direito à moradia,

comida na mesa, educação, saúde, cultura e com economia balizada nos princípios da igualdade.

Este trabalho objetiva demonstrar ações da AUSSMPE como protagonista da Luta Antimanicomial nas Universidades ao sul do Estado do Rio Grande do Sul. Para além do cumprimento da Lei, compõe o controle social como uma entidade que auxilia na constituição de Políticas Públicas de Saúde Intersetorial que vai para além da fiscalização dos serviços de Saúde Mental, com direito garantido na participação de Comitê de Ética e Pesquisa na Faculdade de Enfermagem, Grupos de Pesquisa e nos espaços da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e da Universidade Federal de Rio Grande (FURG), seja em eventos promovidos por essas instituições públicas de ensino ou até mesmo com relatos de vida e experiência compartilhados em sala de aula dentro dos componentes curriculares relacionados à Saúde Coletiva e Saúde Mental referindo sua atuação na associação e no ativismo político em defesa da democracia.

Quando destacamos a atuação da Associação na formação de profissionais de saúde e assistência a partir da participação em ambientes de ensino superior público e privado, destacamos que os expertises por experiência vão ao encontro com a educação popular e participativa de pertencer a uma comunidade que dialoga com as instituições dentro e fora delas. Essa formação por experiência precisa ser reconhecida, no sentido de lugar de fala, espaço de narrativa que contribui para o avanço da reforma psiquiátrica, pois ainda até os dias atuais, existem instituições de ensino superior que convergem a Luta Antimanicomial mesmo diante da Lei da Reforma, o que, prejudica o avanço e forma pessoas que no futuro não dialogam com os movimentos sociais e ainda acreditam que as estruturas de segregação são importantes até os dias de hoje.

Desta forma, este artigo se torna importante para registrar a relevância do trabalho realizado pelas associações em todo território nacional. Neste contexto, precisamos refletir sobre os atravessamentos da vida e a composição dos movimentos sociais autogestionários na construção de uma ciência coerente com os avanços da sociedade no sentido de construir pesquisas que vão ao encontro com a comunidade e suas pautas da luta por

justiça social, por direito à moradia, comida na mesa, educação, saúde, cultura, trabalho e renda, balizados nos princípios da igualdade.

Neste sentido, faz-se necessário o reconhecimento destas entidades e movimentos sociais, destacando seu protagonismo na participação dos debates nas esferas de controle social, pois os instrumentos de gestão utilizados para construção de políticas públicas podem e devem ser analisados em todas as instâncias a partir de um governo que dialoga com a sociedade de forma democrática e participativa, garantindo direitos básicos e constitucionais.

METODOLOGIA

Os resultados que serão discutidos neste resumo decorrem da dissertação de mestrado da autora principal, que ainda está sendo desenvolvida, mas que já apresenta alguns resultados previamente coletados de registros históricos, bem como notícias em veículos de comunicação, revistas, capítulos de livros, entre outros.

Este estudo é um estudo qualitativo, desenvolvido a partir de uma Etnografia Rápida. Minayo[4], descreve a pesquisa qualitativa como aquela que considera a subjetividade do ser humano e que demonstra preocupação, em todas as suas etapas, com certas ações e relações humanas. Já Vindrola-Padros e Vindrola-Padros[5], relatam que estudos com Etnografia Rápida vêm sendo amplamente utilizados em pesquisas comunitárias, mas estão se tornando populares nas questões de saúde. Tal abordagem é utilizada devido a capacidade em capturar as complexidades dos serviços, fatores sociais e culturais, moldando o uso e a prestação de cuidados em saúde em prazos menores e com rápida eficácia na organização de fatores de implementação de novas tecnologias ou programas em saúde.

A principal estratégia de coleta de dados na Etnografia Rápida é a Observação Participante. Conforme cita Cardano[6,] o agir é observado diretamente, no seu fazer, não através do relato de quem participou da interação, tornando-se possível através da participação do observador na vida dos sujeitos envolvidos no estudo. As observações foram realizadas no contexto das reuniões em que os usuários participam, objetivando entender o protagonismo e empoderamento do usuário da Associação dos Usuários

dos Serviços de Saúde Mental de Pelotas nos espaços em que estes se fazem presentes.

Para fins éticos, baseia-se na Resolução 466/2012 que regulamenta os princípios éticos em pesquisas com seres humanos. Assegura a privacidade e a compreensão dos riscos e benefícios da pesquisa, bem como garante a liberdade ao participante de participar ou não da pesquisa, poderá desistir a qualquer momento e que os dados coletados da pesquisa estejam disponíveis ao participante a qualquer momento[7].

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa no dia 01 de fevereiro de 2024, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 76604223.2.0000.5316, a coleta de dados realizou-se nos meses de março a julho de 2024, foram realizadas seis observações de aproximadamente uma hora e meia cada uma, totalizando 9 horas, os dados da pesquisa foram coletados junto a Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Pelotas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a participação e observação da autora junto a Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental, foi possível testemunhar, através de algumas falas, a participação dos integrantes da AUSSMPE como convidados em diferentes espaços da sociedade. Considera-se maior interesse no espaço da educação de profissionais da saúde e educação com atenção as práticas de cuidado em liberdade e reafirmação da Luta Antimanicomial com a centralidade no fechamento dos hospitais psiquiátricos e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial, ao encontro do que aponta a Lei 10.216 de 2001[8].

Também podemos destacar a atuação dos movimentos sociais na luta pelos direitos humanos dos usuários e usuárias historicamente institucionalizados em hospitais psiquiátricos e construção do cuidado em liberdade contando com o Programa de Volta Para Casa (PVC), instituído pela Lei 10.708 de 2003 que, foi regulamentado pela Portaria n°5/GM/MS em 2017. Destacamos que o Rio Grande do Sul, foi vanguardista na consolidação da Lei da Reforma Psiquiátrica do RS 9.716 que expandiu em todo território nacional como exemplo e modelo para a Lei Nacional[1].

No ápice dos manicômios, o "louco" era institucionalizado, visto como um robô, ou seja, não se esperava que esses sujeitos fossem pensar ou agir, pois além da sociedade o ver como incapaz, ainda existiam diversos casos de tutela, isto é, o usuário dependia da instituição de saúde ou de um familiar, comprometendo sua autonomia. Após a Reforma Psiquiátrica, houveram algumas mudanças na abordagem psicossocial, indo na contramão da abordagem supracitada, tendo em vista que a partir da Reforma houve uma valorização sujeito social e histórico, que possibilitou ao indivíduo criar relações sociais para além dos serviços de Saúde Mental[9].

Na Faculdade de Enfermagem da UFPel, no Departamento de Saúde Mental e Coletiva, é possível observar a valorização e reconhecimento da expertise por experiência, quando o usuário e usuária dos serviços de Saúde Mental pode estar junto com docentes e discentes em sala de aula, participando do Grupo de Pesquisa, colaborando com o Comitê de Ética em Pesquisa e construindo junto os eventos alusivos a datas de reafirmação da liberdade na Saúde Mental, como o dia 18 de maio – Dia da Luta Antimanicomial, Dia Mundial da Saúde e da Saúde Mental, o Setembro Amarelo, a Parada do Orgulho Louco, entre outros.

A Faculdade de Psicologia e Terapia Ocupacional da UFPel também convida a Associação para fazer parte de rodas de conversa em eventos acadêmicos, disciplinas curriculares em cursos, participar junto com os professores de aulas expositivas sobre Saúde Mental, Direitos Humanos, Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial. Além disso, a Associação é disponibilizada semestralmente para ser campo de estágio de estudantes da psicologia da UFPel e da FURG. No estágio, os estudantes devem fazer atividades em grupo dentro da Associação, participar das reuniões ou eventos que são protagonizados pela AUSSMPE, além de outras atuações importantes em agenciamento de grupos de Ouvidores de Vozes, Ajuda e Suporte Mútuo, além de buscar construir com os associados o protagonismo do cuidado com o grupo de Gestão Autônoma de Medicamentos.

Na FURG, a Associação e o Fórum Gaúcho de Saúde Mental são convidados a participar de rodas de conversa em congressos como, por exemplo o II, III e VI Saúde Mental e Direitos Humanos e V Mostra de Saúde Coletiva:

Interfaces entre Saúde Periférica e Direitos Humanos. E não é somente com falas, mas com a participação ativa na construção do encontro e na formação dos envolvidos.

Promover saúde oportuniza ao sujeito o empoderamento como possibilidade de se emancipar individual e adquirir consciência coletiva, corroborando no preparo dos indivíduos ou grupos para possíveis transformações nos seus cotidianos, apontando um novo foco para práticas educativas, o que fortalece o indivíduo na sua capacidade de escolha, proporcionando uma participação ativa no processo de tomada de decisão e estratégias para melhorias na sua saúde[10].

Quando se fala da participação dos sujeitos da Associação ou usuários nos espaços acadêmicos, entende-se um avanço significativo no processo ensino-aprendizagem, pois demonstra o interesse das instituições e docentes em formar profissionais aptos ao trabalho dentro dos princípios Reformistas e das diretrizes do Sistema Único de Saúde, com um olhar profissional e humano em processo de quebra dos preconceitos e estigmas em relação às pessoas usuárias dos serviços de Saúde Mental.

Considera-se as Associações de Saúde Mental como promotoras de saúde, por isso, devem expandir seus conhecimentos de saúde, principalmente saúde mental para fora de seus espaços, já que as associações também são construídas em diversos espaços sociais, possibilitando que os usuários sejam inseridos em atividades extra CAPS, com o intuito de promover não somente autonomia, mas conquistas coletivas ao fortalecer políticas públicas que consolidam a rede de atenção psicossocial como modelo a ser defendido[11].

Além das participações em eventos e em sala de aula, é possível perceber na fala de alguns dos integrantes da AUSSMPE, que quando um acadêmico participa ativamente da Associação ou até mesmo os sujeitos da Associação comparecem em espaços acadêmicos, corrobora e os incentiva a ir atrás de seus desejos pessoais de voltarem a estudar e a ter uma profissão, bem como do quanto é valorosa a luta por direitos[12].

A participação dos *experts por experiência* na universidade, vai muito além do processo ensino-aprendizagem do estudante, reverbera também na vida destes *experts*, que se empoderam e podem demonstrar para a comunidade acadêmica uma parte das suas vivências na 'estrada da vida', nos serviços de Saúde Mental e em um cotidiano existencial de liberdade e autonomia para tomada de decisões de também discussões profundas sobre a aplicação dos recursos e investimentos nas políticas públicas voltadas para as pessoas com sofrimento psíquico, conforme alinhamento e diretrizes nacionais[13].

CONCLUSÕES

Desta forma, compreendemos a AUSSMPE como uma entidade representativa sem fins lucrativos da luta antimanicomial, devidamente reconhecida como instituição emérita da cidade de Pelotas, que contribuiu historicamente para a formação de profissionais e estudantes, usuários e usuárias além de pessoas que dialogam de forma Intersetorial com a pauta da saúde mental e suas transversalidades, como outros movimentos sociais e entidades representativas da sociedade civil. A luta dos movimentos sociais é fundamental para a sustentação da Reforma Psiquiátrica que preconiza o cuidado em rede e em liberdade. Assim, destacamos que é pela democracia que se garante formas de liberdade, dentre estas o cuidado em liberdade na saúde mental, o qual tem se mostrado profícuo as pessoas usuárias dos serviços de saúde mental, à academia, aos movimentos sociais e a sociedade, por facilitar o reconhecimento que é pela diversidade que se avança enquanto humanidade.

Por fim, não há democracia sem liberdade e que a Associação é parte da construção nas políticas públicas de saúde e assistência no Estado, mesmo considerando os governos neoliberais e financiadores da contrarreforma que precarizam o SUS e centralizam o cuidado de forma burocrática inviabilizando o acesso e desqualificando a rede e terceirizando o sistema. As Associações de saúde mental em todo território nacional, são o oxigênio de uma luta de classe, da autonomia dos usuários e usuárias do SUS, são movimentos sociais que atravessa da participação social, debatem e discutem os rumos das políticas públicas e servem como referência na luta mentaleira por uma sociedade livre de manicômios ou instituições que segregam tais como comunidades terapêuticas, clínicas de tratamento clandestinas entre outras tantas instituições que violam os direitos das

pessoas e excluem quem precisa de cuidado em rede, e com uma rede de Atenção Psicossocial fortalecida com Políticas Públicas que dialoguem com a Lei e com o cuidado centrado nos projetos terapêuticos singulares das pessoas em sofrimento psíquico, contando com equipes interdisciplinares de várias áreas de atuação com qualificação em saúde mental (médicos psiquiatria, clínico geral, enfermagem, terapia ocupacional, psicologia, assistentes sociais, educação física, nutricionistas, artes, técnico de enfermagem, redução de danos, acompanhante terapêutico, oficineiros, entre outras áreas que atravessam a vida e que contribuem para construção de projetos de vida que consideram a singularidade das pessoas e sua construção de subjetividade para a vida no mundo e em todos os espaços de cidadania plena inclusive retomada do trabalho ou iniciativas de inclusão no trabalho a partir da Lei 8.213 de 1991, das Cotas para pessoas com deficiência conforme orientações da Convenção da OIT sobre Trabalho e Pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

1. Luta antimanicomial e os 30 anos da lei estadual da reforma psiquiátrica - RS: rumo a novos avanços na garantia de direitos / [organizadores: Rafael Wolski de Oliveira ... et al.]. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; 2022. Disponível em: https://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=j-ERTIG1Ax4%3d&tabid=3096

2. Cunha CN, Goulart MSB. A participação política de pessoas com sofrimento mental: a Associação dos Usuários de Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (Asussam-MG). Psicol Rev. 2015;21(3). Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v21n3/v21n3a07.pdf#:~:text=The%20paper%20discusses%20the%20political%20participation%20of%20people,the%20concepts%20of%20citizen%20political%20participation%20and%20deliberation

3. Kantorski LP, Andrade APM, Cardano M. Estratégias, expertise e experiências de ouvir vozes: entrevista com Cristina Contini. Interface. Botucatu. 2017;21(63):1039-48. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1801/180153125029.pdf

4. Minayo MCS. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes; 2016.

5. Vindrola-Padros C, Vindrola-Padros B. Quick and dirty? A systematic review of the use of rapid ethnographies in healthcare organisation and delivery. BMJ Quality Safety. 2018;27:321-30. Disponível em: https://qualitysafety.bmj.com/content/27/4/321.abstract

6. Cardano M. Manual de pesquisa qualitativa: a contribuição da teoria da argumentação. Petrópolis, RJ: Vozes; 2017.

7. Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diário Oficial da União: Brasília, DF; 2012 [acesso 29 jul. 2026]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br

8. Brasil. Ministério da Saúde. Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, seção 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm

9. Dutra VFD, Bossato HR, de Oliveira RMP. Mediar a autonomia: um cuidado essencial em saúde mental. Escola Anna Nery. 2017;21(3):8. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/6xVmW9DDvbTn7TJScWRFp7M/?lang=en

10. Goulart BF, Costa DW, Parreira BDM, Borges FA, Tavares DMS, Chaves LDP. Educação em saúde e empoderamento do usuário da estratégia saúde da família. Rev Enferm UFPE on line. 2015;10(1):96-102. doi:10.5205/1981-8963-v10i1a10926p96-102-2016. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/10926

11. de Sousa M, Rodrigues J, Schiochet M. A experiência da Enloucrescer: associação de familiares, amigos e usuários dos serviços de saúde mental de Blumenau. Cad Bras Saude Mental. 2020;12(32):88-105. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/68964

12. Ubessi LD. A loucura das águas da não indiferença na produção de diferença: uma estética de (r) existências [tese]. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Faculdade de Enfermagem; 2017. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPL_2181e49f7ad278e51566bfec3ccb8729

13. Paulon SM, Oliveira CS, Fagundes SMS. 25 Anos da Lei da Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/179261/001068911.pdf